

A FABRICAÇÃO DO REI A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA COMO FORMA DE MANIPULAÇÃO DO PODER

***Luiz Alexandre Solano Rossi.**

Resumo: A base da monarquia de Salomão é a construção de sua imagem pública. O artigo procura demonstrar como a propaganda do rei molda e manipula a opinião pública. O uso da propaganda real tem como objetivo disseminar e estabelecer, através do sistema social, formas simbólicas através das quais a dinastia possa expressar seu direito de governar o povo.

Palavras-chave: imagem pública, poder, ideologia, movimento popular

1. Introdução

O estudo da monarquia de Salomão é por demais atrativo. Nela nos deparamos com uma série de situações e estruturas que exigem uma reflexão crítica de nossa parte. Uma monarquia muito bem consolidada e que consegue manter uma certa hegemonia em meio à população do sul do país, Judá. Talvez no sul nos deparamos com uma certa limitação do poder de revolta. Ao contrário, na região norte, Israel, o estopim da revolta popular está sempre prestes a queimar. Qual a diferença primordial? Como explicar o conservadorismo sulista, sujeito às decisões palacianas e completamente limitado em seus anseios por liberdade e justiça ?

Certas facetas são fáceis de verificar na maneira de se conduzir a realeza sob o comando de Salomão. Sem dúvida alguma, Salomão impõe a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e também o seu domínio. Os mecanismos que funcionam como instrumentos de disseminação da “cultura palaciana” acham-se em todas as partes da vida do povo. Esse, na verdade, é controlado ideologicamente em todos os níveis e acaba por se tornar obediente ao comando que vem do alto.

Essa dominação tem a tendência de se perpetuar por longos anos.

* Doutor em Ciências Sociais e Religião. Professor de Sociologia e Comportamento Humano no Centro Universitário de Maringá – CESUMAR.

Afinal, ela joga com valores e/ou imagens do inconsciente coletivo, atravessa a história das mentalidades e fixa um novo modelo que deve ser seguido.

No período em que Salomão reinou, houve uma mudança completamente radical nos fundamentos da vida de Israel.

Segundo Walter Brueggmann “o programa de Salomão aparece tendo sido um empreendimento de auto-defesa com o único objetivo de defender o rei e a dinastia”¹. Ainda na mesma linha de pensamento o autor supra citado lista alguns dos itens do empreendimento de auto-defesa confeccionado por Salomão

1) Um harém, o qual, além de servir como facilidade para os casamentos políticos, reflete, uma preocupação com a continuidade da fertilidade pessoal;

2) Um sistema de tributação por distritos, no qual o deslocamento de clãs e tribos tornava o controle estatal mais eficiente;

3) Uma burocracia aperfeiçoada imitando impérios maiores tudo a fim de institucionalizar a técnica;

4) Um exército estável, cujo poderio militar não dependesse mais da opinião pública e nem dos interesse autenticamente nacionais;

5) Um deslumbramento com a sabedoria, o qual, além de ser uma imitação dos grandes regimes, representava um esforço de racionalização da realidade, i.é, submetê-la a quadros mais facilmente manipuláveis².

Assim sendo, o povo e a sociedade vão participando de um processo de condicionamento vertiginoso. Em passos acelerados condicionam-se o modo de produção, da estrutura e das hierarquias sociais. O condicionamento não permite a reflexão crítica e, o que é pior, gera passividade que impede a transformação das estruturas.

Certamente que o Estado possui essa característica que lhe é inerente: o aprisionamento do desejo e da luta pela liberdade. Ele desaglutina o povo e impossibilita o esforço comunitário. Sua ação determina uma sociedade estratificada: uma maioria que produz, mas que vive subordinada a uma minoria em forma de elite que detém o poder. Junta-se a isso um outro fator fundamental para o aumento das desigualdades: o reconhecimento, em algumas pessoas, de uma grande dose de carisma, sabedoria, espírito de justiça; e que depois são projetadas sobre seus descendentes e,

¹ BRUEGGMANN, W. *A Imaginação Profética*. São Paulo. Edições Paulinas, 1986. p. 36

² *Ibidem*, p.37

ideologicamente transformadas em fundamentos do poder.

A partir dessas considerações podemos perceber a ação ideológica implementada por Salomão ao longo do seu reinado ao buscar a eliminação da memória histórica do passado. Afinal, um dos elementos centrais da teologia monárquica constitui o deslocamento da tradição mais revolucionária da fé para assumir novas ideologias de sustentação do Estado. Nessa substituição procura-se cambiar as figuras de libertação por outras que possam sustentar - ainda que ideologicamente - o projeto monárquico.

Salomão transforma a monarquia num projeto de dominação absoluta: um regime de força. Dessa forma, elimina toda a oposição, especialmente aqueles elementos que se manifestam como um perigo para a estabilidade e que implicam a possibilidade de um retorno à vida tribal.

Não é pura casualidade que o livro dos Reis volte a repetir as expressões “jugo” e “pesada servidão” tão próprias da opressão sócio-política. Isto nos mostra que na história podem voltar a se dar as condições para o exercício do poder de forma nefasta, de tal forma que afete a maioria da população.

De certa forma, o projeto político de Salomão não somente quer apagar a memória dos atos de libertação, mas vai além ao reproduzir os elementos próprios da opressão no Egito.

2. Os Símbolos do Poder

A fabricação de uma imagem real pública proporciona ao rei um enorme controle e manipulação do poder. A criação dessa imagem real ilumina a relação entre aquele que exerce o poder e aqueles que por ele são governados.

Nossa intenção, portanto, é de caminhar no estudo da mecânica de elaboração da imagem do rei, e discutir os elementos implícitos na fabricação de um símbolo.

É por demais fascinante investigar a imagem pública do lugar que Salomão ocupou e de certo modo ainda ocupa na imaginação coletiva.

Mais fascinante ainda se tornará uma elaboração do estudo da propaganda do rei, de tentativas de moldar ou manipular a “opinião pública”, ou um estudo da “ideologia” - no sentido dos meios em que os significados servem para reforçar as relações de dominação. Afinal de contas, o uso da propaganda real por intermédio do Império tem como objetivo disseminar e estabelecer, através do sistema social, formas simbólicas através

das quais a dinastia possa expressar seu direito de governar sobre o povo.

Dessa forma, estaremos utilizando a expressão propaganda conforme a definição de Keith W. Whitelam quando diz que “ a propaganda é definida como um processo pelo qual uma visão particular de mundo é disseminada para uma audiência específica”³.

E, de certa forma, a fabricação de um rei designa um processo. De fato, um processo de fabricação de imagem. Nesse processo busca-se um parecer mais do que favorável; torna-se necessário características que aproximam-se e encarnem qualidades sagradas. Segundo Peter Burke um “Estado centralizado precisa de um símbolo de centralidade. O soberano e sua corte, freqüentemente vistos como uma imagem do cosmo, são um centro sagrado ou exemplar do restante do Estado”⁴.

Sendo assim a própria vida diária do rei deveria compor-se de ações não necessariamente recorrentes, mas completamente carregadas de um forte conteúdo simbólico, exatamente porque eram desempenhadas em público por um ator cuja pessoa era sagrada. Dessa forma, conseqüentemente, os objetos materiais mais intimamente associados ao rei também se tornavam sagrados, porque o representavam.

A fabricação da imagem do rei possui íntima relação com a mecânica do poder, seja ele político e/ou econômico. É através desse tripé: poder, política e economia que poderemos, com mais clareza, interpretar e entender o reinado de Salomão e também perceber que as relações de poder tem essencialmente por base uma relação de força estabelecida.

Existem duas maneiras para o Estado manter o controle do poder. O modo mais comum de se manter o controle do poder e de ao mesmo tempo legitimá-lo é através do uso da força. Todavia, tal empreendimento é muito custoso para a vida do país. A segunda maneira, que é menos custosa e mais politicamente eficiente, envolve o uso de formas simbólicas, que temos chamado de “propaganda”.

Certamente a característica mais importante daqueles que controlam o exercício do poder é a habilidade de manipular o poder e de convencer a população de que suas motivações são as mais corretas possíveis. Tal situação determina o sucesso ou o fracasso dos que governam.

Segundo Keith Withelam “ no antigo Oriente Próximo a visão de que o estado ou a cidade-estado disseminavam um método para se legitimar

³ WHITELAM, W. K. “ The Symbols of Power” *Biblical Archaeologist*, 49(1986): p.166

⁴ BURKE, P. *A Fabricação do Rei*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1994, p. 23

é freqüentemente centrado sobre um membro da elite real, o rei, que era poderoso e rico e que possuía o direito de governar pela virtude de sua conexões divinas. Vários meios foram usados para expressar essa visão, incluindo moedas, selos, estelas, e monumentos arquitetônicos como palácios e templos”⁵.

Devemos notar que o período de Salomão foi, particularmente, a época em que se viu o maior desenvolvimento da monumental arte e arquitetura israelita: fortificações reais, palácios e templos, construções públicas e outros, serviam como verdadeira exibição da força, do poder e da riqueza do rei e da sua corte.

Whitelam nos diz que “o tamanho das estruturas poderiam aparentar segurança e poder, e sua visibilidade poderia ser comunicada a todos os níveis da sociedade”. Em outro momento acrescenta “que o exemplo clássico da efetividade deste tipo de material são as pirâmides do Egito e os monumentos arquitetônicos que celebram a glória de Roma e de seus césaes”⁶.

A intenção primeira e básica daqueles que exercem o poder é preservar-se, continuamente, no poder. Afinal, esse é o único lugar onde se reduz a distância entre o desejável e o possível. A possibilidade da realização dos desejos pessoais e corporativos refletem necessariamente na mecânica do poder. E segundo Michel Foucault “o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe. Ser órgão de repressão no vocabulário atual é o qualificativo quase onírico do poder. Não será, então, que a análise do poder deveria ser essencialmente uma análise dos mecanismos de repressão?”⁷.

Salomão possui uma estrutura política e econômica repressora baseado num substancial controle ideológico: o templo e a realza. A rigor, o reinado salomônico busca desenvolver a produção do bem-estar palaciano. Sua produção está diretamente ligada à questão do poder, pois

o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui

⁵ WHITELAM, W. K. “The Symbols of Power”, *Biblical Archaeologist*, 49(1986): p. 168

⁶ Ibidem, p. 169

⁷ FOUCAULT, M. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, p. 175

uma eficácia produtiva, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. O que interessa basicamente ao poder não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política”⁸.

Deve-se fazer notar que as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros. Ao contrário, produzem estratégias e práticas (sociais e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menos prezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. De fato, a autoridade real ao impor seu poder (repressivo) está favorecendo o nascimento de um subproduto, ou seja, a individualidade. Acaba-se, portanto, com a consciência coletiva e com a noção de grupo e povo possuidores de direitos inalienáveis. O indivíduo está ausente dos interesses coletivos. De forma mais geral poderíamos dizer: o poder repressivo aborta o indivíduo do seu interesse comunitário e do seu direito à cidadania plena.

⁸ *Ibidem*, p. 182

Com certeza, esse tipo de concepção e prática do poder existe como agente que “trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade. O crescimento do aparelho de produção, a dominação política do corpo que ele realiza responde à necessidade de sua utilização racional, intensa e máxima em termos econômicos”⁹.

Ao suceder Davi como rei de Israel, Salomão assume um reino em relativa calma. As fronteiras estavam em paz e, dessa forma, o rei poderia consolidar a estrutura interna do seu país que girava ao redor do palácio. Todavia, a consolidação interna tem um preço. Reino algum consolida-se pelo trabalho do rei e de sua corte; mas sim pelo árduo trabalho dos súditos que “colocam seus corpos” a serviço do rei:

corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar. Suas características básicas são: (1º) a disciplina é um tipo de organização do espaço, onde os indivíduos são capazes de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que deles se exige; (2º) a disciplina é um controle do tempo, isto é, estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficiência; (3º) a vigilância é um de seus principais instrumentos de controle. Não uma vigilância que reconhecidamente se exerce de modo fragmentar e descontínuo; mas que é ou precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como contínua, perpétua e permanente; que não tenha limites, penetre nos lugares mais recônditos, esteja presente em toda extensão do espaço¹⁰.

⁹ Ibidem, p. XVIII

¹⁰ Ibidem, p. XVIII

É interessante notar que essa prática supra citada aparece em duas situações clássicas do texto bíblico. As duas estão presentes no Antigo Testamento e trazem à baila o exercício do poder de dois soberanos.

O primeiro deles é o faraó do Egito. Diz o texto bíblico em Êxodo 1.13-14: “Por isso, os egípcios impuseram sobre eles trabalhos duros, e lhes amargaram a vida com dura escravidão: preparação de argila, fabricação de tijolos, vários trabalhos nos campos; enfim, com dureza os obrigaram a todos esses trabalhos”.

Já no texto de Êxodo 5.6-9, notamos a estreita vinculação existente entre a sujeição do corpo ao tempo: “Nesse mesmo dia, o faraó deu ordem aos capatazes e inspetores dizendo: Não dêem ao povo palha para fazer tijolos, como vocês faziam antes. Que eles próprios providenciem a palha. E mais: exijam deles a mesma quantia de tijolos que faziam antes. Não diminuam nada, porque eles são preguiçosos e por isso andam clamando: Vamos sacrificar aos nosso Deus. Carreguem esses homens com mais trabalho, para que fiquem ocupados e não dêem atenção a palavras mentirosas”.

O segundo dos soberanos é o próprio Salomão. A sujeição que ele faz do corpo ao tempo é impressionante. Reproduzo o texto de 1 Reis 4.7-8: “Os prefeitos, mencionados acima, providenciavam o sustento de Salomão e de todos os que comiam às custas do rei, cada prefeito durante um mês, de modo que nada faltasse. Forneciam também cevada e palha para os cavalos de tração e de montaria, no lugar onde fosse preciso, cada qual por seu turno”.

Tanto um como outro nos fazem compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. No caso em questão, Faraó e Salomão, exercem pela força uma forma de dominação simbólica que marca de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. A realidade que se pretende perpetuar legítima de forma clara e insofismável as forças palacianas em detrimentos dos anseios populares.

A conclusão parece ser simples: o governo de Salomão é extremamente parecido à escravidão no Egito. Semelhante opinião encontramos em Carlos Dreher: “...o Deus que ouviu o clamor do seu povo no Egito ouve-o também na Palestina, mesmo quando quem o causa é o construtor do seu templo”¹¹. Na prática, o rei deixou de ser o protetor do desprotegidos e se transformou num agente de exploração pelo poder. Salomão institucionaliza a realeza como uma máquina de favorecimento

pessoal.

Isso permite trazer à tona o problema essencial da relação entre ideologia e mentalidade. Com certeza esse problema se encontra como que escamoteado, ou seja, dissemina-se no inconsciente coletivo as idéias-forças, da transmissão vertical dos modelos culturais dominantes e das resistências de outras culturas que desaparecem.

O que temos na verdade é uma história construída sem raízes. Ou talvez uma história que privilegia setores e/ou grupos sociais em detrimento dos mais fracos e incapazes. Sendo assim, torna-se mais fácil perceber os condicionamentos do modo de produção, da estrutura e das hierarquias sociais que aparecem vertiginosamente.

A transmissão vertical do poder nasce e se movimenta no interior do palácio. Seu ocupante e principal morador - o rei - é o sujeito do poder. Poder total e absoluto:

não perguntar porque alguns querem dominar, o que procuram e qual é sua estratégia global, mas como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc. Em outras palavras, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc¹².

Certamente é por isso que os soberanos ao trabalhar/fabricar a sua imagem pública como forma de controle do povo busca, através do poder, sua eficácia primeira e última. Afinal, o exercício do poder e de seus mecanismos se apoia mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riquezas; ainda que esses itens sejam

¹¹ DREHER, C. Trabalhador e o Trabalho sob o reino de Salomão, in *Estudos Bíblicos* 11. RJ. Ed. Vozes, p. 63

¹² FOUCAULT, M. *A Microfísica do Poder*, p. 182

consequência do exercício do poder. É um tipo de poder que se exerce continuamente por meio de um sistema de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que pressupõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apoia no princípio que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina.

Deve-se ressaltar então que o poder

não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação¹³.

Ao analisar os contornos que adquire a realeza de Salomão, reacende a impressão de que tudo está submetido à riqueza e ao poder.

O rei de Israel sucumbiu a Pluto, a mais poderosa das divindades. Deixou-se seduzir por seus feitiços e belos contornos. Agora, se encontra de tal forma emaranhado a ela, que não sabemos mais onde começa um e onde termina o outro.

Salomão está cego aos interesses populares. Sua visão esbarra em si mesmo. Seu horizonte é curto. A cegueira de Salomão me faz lembrar o diálogo entre Blepsidemo e Crémilo, onde se constata que Pluto, o deus da riqueza, é cego! Reproduzo o diálogo em parte:

Crémilo: Que ambos façamos que ele veja

Blepsidemo: Ver quem? Dize

Crémilo: Que Pluto veja, como dantes, seja de que maneira for

Blepsidemo: Ele é realmente cego?

*Crémilo: Sim, pelo céu!*¹⁴

¹³ Ibidem, p.XIV

¹⁴ ARISTÓFANES, *Pluto - A Riqueza*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Clássicos e Humanistas, Universidade de Coimbra, 1982, p. 45-47

A visão deficiente de Salomão é produtora de miséria. Talvez a própria miséria seja um instrumento necessário para a estabilidade da sociedade. A miséria é criadora e mantenedora da sociedade de classes. Ela leva pessoas a viverem em extremos. Pobreza e riqueza são como linhas paralelas, estão fadadas a nunca se encontrarem. Os deuses da riqueza e da miséria são antagonônicos. Contudo, apesar desse aparente antagonismo, um só pode existir em relação ao outro. É o que também podemos perceber nas palavras que Aristófanes coloca nos lábios de Crémilo:

E, por Zeus, muito mais do que isso, de tal modo que jamais alguém está cheio de ti (em referência a Pluto, o deus da riqueza). De tudo o resto nos saciamos: de amor, de pão, de música, de guloseimas, de glória, de bolachas, de coragem, de ambição, de comandos militares,.. Mas ti nunca ninguém ficou cheio. Se alguém recebe 13 talentos, muito mais deseja receber 16. E quando os alcança, quer quarenta ou diz que a vida não merece ser vivida¹⁵.

Salomão não conhece limites... Sua economia imperial é orientada para conservar o povo em seu próprio mundo. Esse tipo de regime foi capaz de silenciar o espírito crítico do povo. Preso ao seu próprio mundo, agora o povo já não é mais povo, mas instrumento de trabalho ou de “manobra”. De certa forma a ação política de Salomão objetivava “abafar o clamor dos deserdados”¹⁶. Tais palavras me fazem lembrar das expressões de Sade

Compatriotas! Que uma desconfiança necessária não nos abandone jamais. Refleti sempre sobre os meios de confirmar essa liberdade que não se adquire senão por rios de sangue e da qual um instante somente pode vos encantar. Dizem-vos que vossos

¹⁵ Ibidem, p. 33-34

¹⁶ BRUEGGEMANN, W. A Imaginação Profética, p. 51

mandatários, revestidos desse poder, a adquiriram em virtude dessa delegação e do poder de criar leis e daquele de sancionar leis, isto é, tornaram-se juizes em causa própria. Voltemos um instante os olhos para trás e vejamos o que os tiranos fizeram: não há dúvidas, o abuso do poder confiado!¹⁷

Não devemos nos esquecer que o palácio e o templo são os mais importantes símbolos visuais do poder real e indicadores do centro do poder dentro de uma sociedade estratificada. Poderíamos dizer, de certa forma, que essas realidades simbólicas definiam o relacionamento entre o governador e os governados. Isso significa dizer que a partir dos círculos concêntricos do poder, todos aqueles que estão do lado de fora e, mais especificamente, além do portão, estão ausentes da área do poder real. Na arquitetura real o poder simbólico está intra-muros ou ainda está limitado à área urbana.

Whitelam ajuda-nos ao esclarecer que “o templo providencia um local para um ritual central de legitimação da dinastia. Ele define o relacionamento sagrado do centro, proporcionando assim, uma legitimação simbólica para a elite real.” E ainda “o templo funciona como uma casa do tesouro. Isso nos leva à noção do rei como uma figura simbólica central; o tesouro é o resultado dos presentes dados desde governadores e povos em todas as partes do mundo ao rei e seu deus, Javé, ou os benefícios vindos do comércio internacional”¹⁸. O texto de 2 Reis 20.13 ilustra muito bem essa questão.

4. A Administração Palaciana

A administração real de Salomão possui uma composição diferente daquela utilizada por Davi (cfe 2 Sm 8.15-18; 20.23-26). Ele dispõe de dois secretários reais, um chefe dos prefeitos, um mordomo que administra os bens da coroa, um chefe da corvéia para os trabalhos públicos, e ainda os que já eram comum no tempo de Davi: sacerdote, arauto, chefe do exército, chefe da guarda.

¹⁷ SADE. *Sur le mode de sanction des lois in Écrits politiques*, Paris, Pauvert Editions, p. 20, 1978

¹⁸ WHITELAM, W.K. “The Symbols of Power”, *Biblical Archaeologist*, 49(1986), p. 172

A gerência dessa administração central do palácio é garantida por uma administração municipal (1 Reis 4.7-18). São doze prefeituras incumbidas dos fornecimentos in natura, por um mês, por turno. Essas prefeituras são territoriais. Cada uma delas tem um núcleo israelita formado por uma tribo, mas que engloba muitos alógenos e cidades cananéias recém conquistadas por Davi, como aliás a própria capital.

Na época de Salomão houve um aprimoramento do aparelho burocrático. Sua intenção era a de capacitar o Estado para melhor funcionamento da máquina administrativa. Torna-se importante observarmos graficamente o aparelho administrativo de um (Davi) e de outro (Salomão).

A composição administrativa de Davi possuía a seguinte estrutura:

- 1 secretário de Estado
- 1 secretário particular
- 1 conselheiro
- 1 chefe do exército
- 1 chefe da guarda

Já a administração elaborada por Salomão traz a configuração (conforme 1 Reis 4.1-6):

- 2 secretários reais
- 1 chefe dos prefeitos
- 1 administrador dos bens
- 1 chefe da corvéia (Adoram)
- 1 chefe do exército
- 1 arauto
- 1 conselheiro particular
- 1 prefeito do palácio
- 12 prefeitos para as pequenas regiões administrativas

Ao dividir seu reino em doze prefeituras Salomão já possuía uma clara estratégia administrativa para a manutenção dos cofres públicos. Sem dúvida que estamos desenvolvendo um tema com profundos reflexos administrativo-econômicos. Afinal de contas o desenvolvimento da economia de afluência mantida por Salomão corresponde a um tributarismo extremo. Sua proporções e conseqüência são avassaladoras.

É o que podemos notar na leitura de 1 Reis 12.4ss quando as tribos do norte fazem uma proposta de mudança para Roboão (sucessor de Salomão) e o conteúdo da proposta/protesto tem suas raízes na “dura servidão” e o “jugo pesado” que Salomão havia imposto à população do norte.

A oposição do novo rei somente vem reafirmar o projeto opressor da monarquia que privilegiava uns poucos e que trazia pobreza e endividamento para a maioria pobre da população.

A lista dos distritos administrativos é, certamente, uma das partes do relato do império de Salomão que influi determinadamente em nosso estudo. Afinal, o cisma há de acontecer exatamente na parte norte, junto as tribos de Israel.

Na verdade, o aparecimento desse distritos administrativos é uma demonstração de força e de vontade da realeza a fim de impor uma rigidez organizacional monárquica centralizada no Estado. Essa estratificação rígida vem colocar fim na organização dos grupos autônomos que se expressavam através das famílias extensivas e que construíam laços de cooperação na forma de associações protetoras e de unidades tribais.

Em cada um dos distritos havia a figura de um administrador com o objetivo de cuidar dos interesses do reino e de seu rei nas mais diversas regiões do país. Eram eles os responsáveis direto para o recolhimento dos impostos e, principalmente, o faziam a fim de que o governo tivesse renda suficiente, a fim de manter a corte, o culto, o exército e o controle da exportação (1Rs 4.7-19).

Cria-se com mais requintes uma organização política formal com regras estabelecidas para governantes e governados (ainda que autoritários e injustos); o que vai implicar em projetos amplos que demandam trabalho injusto e uma administração centralizada a partir de um corpo de sustentação do poder (a burocracia de funcionários ligados ao poder central visto acima), acrescentando ainda a incorporação de uma teologia vinculada ao poder central, direta ou indiretamente.

Por trás de uma fachada brilhantemente arquitetada, mal dissimulava-se uma inquietante situação econômica. Vários elementos contribuíam para isso: um ambicioso programa de construções, os desperdícios da corte, a manutenção de um forte exército e o inevitável desenvolvimento da burocracia. Todos esses fatores reunidos excediam tanto aos recursos locais quanto ao luxo do comércio, aliás orientado para a importação de produtos de luxo.

Pode-se questionar o importância administrativa das doze

prefeituras. Certamente que é uma questionamento legítimo. Pois afinal, quais são as despesas de um palácio e de sua corte ? E, principalmente, quem paga a conta de tudo isso ?

Certamente que essa é uma grande pergunta e devemos ir em busca de uma resposta. Afinal, já temos indícios de que a tributação estava incidindo somente na região norte, ou seja, nas tribos de Israel.

Todavia a expressão “12 tribos de Israel” pode nos dar a errada impressão de que todo o território estava sob pesada tributação. Porém, veremos que a situação é outra, como diz o próprio Gottwald “a leitura do número doze de forma rígida para designar as tribos de Israel corresponde aos critérios da monarquia, e não à forma como expõe na organização tribal: liberdade de associação”¹⁹.

É muito verossímil afirmar que é no reinado de Salomão que se começa a deixar oficialmente os moldes tradicionais da vida tribal e, passa-se a instaurar novas instituições de administração central. A remodelação efetuada por Salomão busca uma organização mais racional e burocrática sempre motivada pela eficiência no controle e no êxito de conquistar novas riquezas.

Devemos notar que os distritos administrativos não correspondem exatamente às tribos e sua disposição geográfica. Segundo Milton Schwantes essas províncias “não eram idênticas às tribos, para impedir a rebelião. Boa parte dos governadores eram gente da própria corte. Para fazer funcionar esta administração era preciso sabedoria, formação de um grupo de burocratas”²⁰.

Mais ainda, o texto hebraico não menciona Judá na lista dos distritos administrativos. Certamente que uma suspeita ideológica surge em nossas mentes: a realeza de Salomão tratou essa tribo com privilégios especiais, deixando-a acima das demais e isentando-a dos pesados tributos. Ou seja, enquanto as regras tributaristas são aplicadas à região norte, Judá tornava-se um entidade autônoma isenta de taxas.

Certamente que temos aqui uma grande implicação político-econômica: o sistema de doze prefeituras tentam abolir o sistema das doze tribos. Conforme informa Severino Croatto “a divisão clânica e tribal é substituída por outra administrativa”. E ainda “o número 12 nem sequer remete a antiga federação tribal mas sim aos doze meses do ano, em que

¹⁹ GOTTWALD, N. *As Tribos de Iahweh*, Edições Paulinas, São Paulo, 1986, p. 567

²⁰ SCHWANTES, M. *História de Israel*, CEDI, Rio de Janeiro, 1992, p. 10

cada um dos distritos deve manter o palácio (administração, exército, clero, obras públicas, etc)”²¹.

A descrição do que se gastava na corte pode nos dar uma idéia aproximada do montante que o povo das vilas camponesas, distribuído em doze prefeituras, devia dispor para pagar o tributo. Lemos em I Reis 5.2-3 a seguinte descrição: “Salomão recebia diariamente 13.500 toneladas de flor de farinha, 7.000 kg de farinha comum, 10 bois cevados, 20 bois de pasto, 100 carneiros, além de veados, gazelas, antílopes e aves de ceva”.

Entretanto, não era apenas as pessoas que deviam ser sustentadas: “Salomão possuía estábulos para 4.000 cavalos de tração e 12.000 cavalos de montaria” (v.6), tratados com “cevada e palha” (v.8).

Estamos falando de tributos *in natura* e na força do Estado em fazer valer seu “direito”. Por isso, vale a pena observar que a força não é o meio normal ou único do Estado, mas é o meio específico ao Estado: a relação entre Estado e Força é extremamente íntima. O que permitiu Max Weber formular que “o Estado é uma comunidade humana que detém, com sucesso, o monopólio do uso legítimo da força física sobre um território dado”²².

Todavia, um fato é inegável: a fartura que diariamente passava pelo palácio, representa apenas os hábitos e oportunidades dos habitantes da corte que, muito provavelmente, seriam indiferentes às condições de vida dos demais cidadãos. Uma conclusão lógica é possível: naquele tempo, como ainda hoje, se alguns comem com fartura, significa que deve estar faltando alimento na mesa dos outros. O alimento, algo indispensável à sobrevivência, se tornou objeto de luxo e, a fartura, um “objeto” acessível somente à sociedade da corte.

Todas essas medidas coercitivas aos poucos minam os alicerces da sociedade.

Os laços tribais e clânicos começam a desaparecer e assim deixam de cumprir seu papel específico. São espalhados nas mais diversas circunscrições administrativas ou ainda levados, em grandes contingentes, para as cidades, onde levavam uma vida miserável, desligados de suas

²¹ CROATTO, S. *Las Culturas del Antiguo Próximo Oriente*, ISEDET, Bs As, 1994, p. 167

²² WEBER, M. citado por Paulo Sérgio Pinheiro in *Estado e Terror*, São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1993, p.194

origens e mesclados às populações cananéias, maciçamente introduzidas em Israel pela conquista e que eram, portanto, estranhas às suas tradições.

De certa forma, as transformações aconteciam de forma abrupta e descontrolada. As estruturas sociais passavam por um processo de alteração sem precedentes: ao fundo agrícola e pastoril se impôs uma camada comerciante e industrial abastada. A “evolução” econômica traduziu-se em ruptura com a antiga igualdade da sociedade nômade, tendo como consequência uma acentuada estratificação social. Cavou-se um fosso entre ricos e pobres, e toda essa evolução não fez mais que estender as antigas causas de tensão política e religiosa às dimensões da monarquia.

5. As relações comerciais e suas consequências

Em seu trato diplomático Salomão manteve laços estreitos com os fenícios. A partir do entendimento dos dois países foi possível incrementar as construções, sobretudo as que diziam respeito ao Templo e possivelmente também a construção das fortalezas de Hasor, Meguido e Gazer cuja arquitetura revela semelhanças.

Esse contato/contrato trouxe como consequência um grande comércio que ia até a formação de verdadeiras companhias de navegação no mar Vermelho (1 Reis 9.26-28).

A influência comercial de Tiro sobre Israel, desenvolveu-se no século IX, e teve resultados satisfatórios ao projeto do rei Salomão. Pelo fato de dominar uma parte do litoral e do acesso ao golfo de Acaba, Israel gozava de prósperos anos, graças a um comércio rentável (10.15), especialmente o tráfico de cavalos entre a Cilícia e o Egito (10.27-29). Assim nos diz Bright

Desde o período do Império, O Egito tinha produzido as melhores bigas, enquanto a Cilícia era famosa, desde tempos remotos, como a terra dos melhores cavalos. Por isso, Salomão enviou seus agentes para estas terras, a fim de suprir suas próprias necessidades. Mas então, percebendo que controlava todas as rotas de comércio entre o Egito e a Síria, tornou-se o intermediário de um lucrativo comércio, cujas condições eram: cavalos cilícios e bigas egípcias só poderiam ser obtidos através de sua agência.

Visto que este comércio era um monopólio real, podemos ter certeza de que trouxe a Salomão um lucro considerável²³.

Essas riquezas pagavam, em parte, os enormes gastos contraídos com a construção do Templo e do Palácio. Porém, não bastava. Salomão teve de recorrer ainda ao trabalho forçado e impôs a corvêia mesmo aos israelitas. Tendo-se endividado com Hiram, de Tiro, Salomão teve de lhe “ceder” cidades na região de Cabul, ao nordeste de Acre (1 Reis 9.10-13).

De certa forma percebe-se uma dívida externa: era preciso pagar engenheiros e artesãos estrangeiros, assim como os materiais importados: “Hiram, forneceu a Salomão toda a madeira de Cedro e cipreste que este necessitava, e Salomão pagou a Hiram 9.000 kg de trigo para o sustento de seu palácio, e 9.000 litros de azeite virgem” (verso 25). Quando uma nação começa a vender seu território, a fim de pagar dívidas contraídas, é evidente que sua situação financeira é de fato crítica.

O comércio com o exterior exigiu dos israelitas uma grande produção de excedentes para exportar gêneros alimentícios e importar material de luxo (madeiras de lei, ouro, prata, cavalos, etc). E, logicamente, isso não produz retorno econômico para a população do campo. Ao contrário, ela tem que produzir mais e consumir menos.

Através desse “comércio para o desenvolvimento” via importação, os israelitas viram, nessa época, coisas que talvez jamais pensassem existir: marfim, roupas finíssimas, madeiras raras, carruagens e carros de guerra, macacos e pavões (1 Reis 10, 14 e 29).

Essas contradições econômicas do sistema provocaram grande pobreza ao lado do luxo deslumbrante. Eram necessárias mão forte e justificativas religiosas para que não estourasse uma convulsão social.

A riqueza derivada da exploração da população de Israel Salomão acrescentou o lucro do comércio por ele estimulado. Construiu uma frota para navegar o mar Vermelho (9.26-28), e servia de intermediário entre os exércitos daquele tempo: os cavalos da Cilícia vendia aos exércitos egípcios e os carros egípcios vendia aos exércitos arameus.

Na época de Salomão, a mola de desenvolvimento do país era o tributo ou imposto. Uma das formas de pagar o tributo era o trabalho forçado

²³ BRIGHT, J. *História de Israel*, Paulinas, São Paulo, 1981, p. 285

(corvéia) nas construções, nas minas e nos serviços aos navios. O texto bíblico nos diz que para a construção do templo e do palácio foram recrutados cerca de 30.000 homens a fim de cortar árvores no Líbano, 70.000 homens para transportar material, 80.000 homens para cortar pedras nas montanhas, sob supervisão de 3.700 funcionários (1 Reis 5.27-32). Esses trabalhos eram realizados como forma de pagar impostos.

Além do trabalho forçado, outra maneira de recolher recursos para o complexo palácio-templo era o fornecimento de produtos agrícolas e pastores para a exportação, manutenção da corte e do exército.

Todavia, quem é pagava a conta ?

Para suas atividades amplas, Salomão precisava de dinheiro e mais dinheiro: para suas empresas de construção, para a instalação de uma indústria metalúrgica na Neguebe (1 Reis 7.46), para a edificação ou melhoria de fortificações e baluartes espalhados por todo o país, para o adestramento de um exército vigoroso, principalmente de uma cavalaria ligeira (1 Reis 4.26-28; 9.15-19; 10.28-29), para a formação de uma forte frota comercial (1 Reis 9.26-27; 10.11 e 22).

Salomão parecia experimentar um “maior atrativo pelo luxo que as cortes orientais podiam oferecer”²⁴.

A burocracia real aumentou tremendamente, a tal ponto que a cobrança de impostos foi ampliada, passando a incluir Israel (cfe 1 Reis 5.1, 6-8). Segundo Pixley “Salomão estabeleceu um Estado muito mais parecido com os estados cananeus, dos quais as tribos israelitas se haviam afastado, e de uma vez por todas”²⁵.

Era exatamente esse o tipo de trabalho que o faraó egípcio impusera ao povo de Javé e que constituiu o motivo que levou Moisés a restituir-lhe a liberdade no deserto. Os impostos e os trabalhos forçados eram muito piores do que haviam inspirado seus antepassados a se revoltarem contra os reis cananeus que os oprimiam.

Os contatos do rei com o povo começavam a desaparecer por completo e o destino do país ameaçava cada vez mais escapar de seu controle. E o povo tornava-se mais uma vez excluído de toda participação no governo.

O poder de Salomão e a estratégica localização da Palestina deu a ele um extraordinário controle sobre o comércio de rotas e entre o Egito

²⁴ PIXLEY, G. *O Reino de Deus*. Paulinas: São Paulo, 1986, p. 55

²⁵ *Ibidem*, p. 56

e o sul da Síria. Suas amigáveis relações com o Egito fizeram dele uma importante figura no comércio internacional de seus dias. O comércio árabe de perfumes, especiarias e pedras preciosas pode também ter corrido através do Estado de Salomão (2 Crônicas 9.14) e distribuição no mundo Mediterrâneo era provavelmente a “franchise” dos fenícios. A declaração do Antigo Testamento sobre a riqueza que migrou até o tesouro de Salomão (1 Reis 9.28; 20.25,27) reflete a tendência bíblica para falar de Salomão em termos gigantescos. A reação ao sistema imposto mostra claramente que Israel, e não Judá, estava sujeito aos serviços.

São numerosas as atividades construtoras levadas a efeito por Salomão. Após completar o templo e o palácio, 1 Reis 9.15-19 relaciona algumas cidades cananitas que foram reconstruídas e transformadas em bases militares: Hasor (na Galiléia, diante das possessões dos arameus); Megido (perto da passagem principal através da cordilheira do Carmelo); Gazer, Bete-Horon, Baalate (guardando as vizinhanças ocidentais da planície) e Tamar, ao sul do mar Morto, diante de Edom; também como cidades armazéns e cidades para seus carros, cidades para seus cavaleiros, e outras localidades não especificadas. Também os muros de Jerusalém foram restaurados.

Salomão aproveitou o acesso ao golfo de Acaba, que lhe foi possível pelo domínio sobre Edom, mandando construir portos em Eilate e Ezion-Geber e erguendo uma frota de marinha mercante, com o auxílio de especialistas fenícios em construção naval. Com essa frota, Salomão importou bens dos países situados em ambos os lados do Mar Vermelho. Uma segunda frota fazia a rota do Mediterrâneo até a Espanha (Társis).

O Estado crescia em poder e Israel gemia numa opressão sem precedentes. Não seria um exagero afirmar que as realizações de Salomão só se tornaram possíveis, pelo menos em parte, pela política de opressão social.

6. O Controle Ideológico do Estado Salomônico

Salomão mascarava e massacrava a força popular escondido sob uma luxuosa demonstração de devoção a Javé. Salomão construiu um templo para o culto a Javé, que podia concorrer com os monumentos dos grandes impérios do Oriente Próximo em sua glória.

Percebe-se que além de ser uma expressão da religiosidade, Salomão consegue transformar o templo numa ferramenta política para o estabelecimento da ordem e de sua política estatal. Pode-se dizer que

o valor do templo está intrinsecamente ligado à monarquia, ou seja, enquanto estiver sustentando o projeto do rei seu valor atinge proporções mais elevadas, caso contrário sua razão de existir perde-se no conjunto dos atos políticos e ideológicos da realeza.

O templo é usado de maneira instrumental para sacralizar a figura política do projeto do rei pois, ao assim fazer, uma verdadeira “teologia real” passa a existir, permitindo o controle ideológico sobre a figura do templo, centralizando a religião e imprimindo um forte controle político sobre a população.

Inicialmente, Javé habitava nos desertos do sul (Juizes 5.4). Salomão, ao levantar o templo, buscava localizar fisicamente Javé, encarcerá-lo junto ao seu palácio e submetê-lo aos interesses da monarquia.

Até então, as regras que norteavam a espiritualidade do povo tinham sido bastante livres. Cada qual dialogava com Javé da sua maneira e sem intermediários. A instauração de sacerdotes para fazer sacrifícios segundo determinadas normas inacessíveis aos simples mortais visava estabelecer uma forte relação de dependência entre povo e poder político, através da ritualização da religião do Estado

Walter Brueggemann acrescenta uma considerável observação a esse respeito ao afirmar que a economia rica e a política de opressão do rei somente prosperou em razão de um elemento básico, ou seja, “o estabelecimento de uma religião controlada, estática, na qual Deus e seu templo tornaram-se parte da paisagem da corte, na qual a supremacia de Deus estava plenamente subordinada aos projetos do rei”²⁶.

Certamente que a visão a respeito de Javé está passando por uma mudança completamente radical. De certa forma, Deus agora é só plenamente acessível ao rei e se encontra domiciliado em Jerusalém. Percebe-se que é quase um contra-senso um Deus “doméstico” pronunciar qualquer palavra independente ou desgastante sobre a posição, gestos e comportamento do rei.

Salomão consegue aquilo que seria seu grande trunfo político: o controle da liberdade de Deus. Deus é apropriado pela corte e silenciado no que se refere a propósitos libertadores. A memória histórica do Deus libertador deixa de existir para dar lugar à consciência de um Deus controlado que não participa da história humana e que não permite sonhos de liberdade.

²⁶ BRUEGGEMANN, W. *A Imaginação Profética*, p. 42

O rei e o templo são, incontestavelmente, os arquétipos da manutenção da realeza. Esquemáticamente poderíamos ter o seguinte quadro:

TEMPLO = espaço do sagrado
PALÁCIO = espaço do político (enquanto forma de poder)
TEMPLO + PALÁCIO = centro do mundo

Podemos notar então que o controle ideológico passa pelo *poder* (*palácio*) e pela *ideologia* (*templo*). Walter Brueggmann nos lembra que a “religião torna-se uma espécie de ópio, para que ninguém perceba a miséria presente ao coração de Deus. O faraó, rei passivo de um universo fechado, sem revolução, sem mudança, sem história, sem promessa ou esperança, é o modelo de rei para um mundo que jamais apresenta mudanças, através das gerações. O mesmo universo parado, fechado é o que todo rei deseja, mesmo sendo Salomão em todo o seu esplendor”²⁷. Dessa forma é que Salomão fundamentará e controlará seus súditos: a partir do mito da realeza e do templo.

Um dos papéis fundamentais do mito, enquanto crença religiosa, é o de assegurar ao grupo humano, que controla os símbolos, o controle daquilo que de outro modo pareceria incontrolável. O mito garante, portanto, a estabilidade da realidade existente.

No caso em questão, templo e palácio, são símbolos acessíveis somente ao rei. O povo não tem qualquer tipo de acesso aos símbolos. Certamente que os mesmos, nas mãos do povo se transformariam em instrumentos de libertação e não de alienação.

Ao negar a realidade simbólica aos seus súditos, o rei traz para si todas as prerrogativas reais quanto sacerdotais. Ele assume os espaços que controlam a vida e ditam as regras do cotidiano. A partir desse momento o povo vive a mercê de quem exerce o poder e a ele se submete. Talvez, por não conseguirem acesso aos símbolos, o próprio povo assuma a vida, comportamento e valores do rei como uma realidade inerente a ele mesmo. Como se dissessem: “se não podemos transitar livremente entre os símbolos do sagrado e do poder e, nem ao menos possuí-los, reverenciemos e sirvamos ao rei, única pessoa a nos representar”.

²⁷ Ibidem, p. 51

Sem dúvida que, nesse caso, o rei é espelho que reflete ao povo aquilo que eles jamais poderão ter ou ser. A estabilidade da realidade existente depende, sem sombra de dúvidas, desse jogo imposto pelo rei. Necessariamente, ao caminhar pelos espaços do sagrado e do político a realeza assume seu “verdadeiro” lugar: o centro do mundo. Tudo o mais gira ao seu redor e tudo fica na mais extrema dependência dele. O país e todos os seus súditos gravitam ao seu redor e a ele devem a manutenção da ordem física, natural e sobrenatural. Certamente, é por isso, que Salomão passa muito tempo do seu reinado construindo o centro do mundo. Pois é do “centro” que depende em muito a continuidade do seu reino e, ainda mais, da dinastia davídica. Na verdade, para a conclusão das obras do templo foram necessários 7 anos (1 Reis 6.38) e para os palácios 13 anos (1 Reis 7.1). Esse total de 20 anos para estas construções é confirmado em 1 Reis 9.10.

Em Israel começa-se a falar em templo num período anterior inclusive ao nascimento de Salomão. Talvez seja uma intenção clara de estabelecer um laço ideológico entre o próprio santuário e uma possível monarquia hereditária e não, pura e simplesmente, uma continuidade histórica. Afinal, templo e realeza se confundem. Vivem em constante aliança. Parceiros inseparáveis para a obtenção do poder.

Nas antigas civilizações (Egito e Mesopotâmia), a fundação de um templo possuía um duplo aspecto:

- 1) ocasião do impetrar das bênçãos dos deuses sobre o soberano;
- 2) obtenção de uma posteridade

De igual modo vemos isso registrado na realeza de Israel. Ao situar a realeza de Jerusalém num plano de igualdade com as grandes monarquias de seu tempo, os autores bíblicos, informados dos usos estrangeiros, recorreram à formas similares as que se empregavam no Egito e na Mesopotâmia para celebrar o rei.

Para os autores bíblicos, o monarca é mais do que um vassalo ou um lugar-tenente de Javé. Isso fica muito claro no título de MESSIAS, já usado por Saul. Também os textos de investidura real registrado no Salmo 2.7, apresenta o rei como filho de Javé: “Tu és meu filho. Eu hoje te gerei”. Já o Salmo 89.28 acrescenta que ele (o rei) é o filho primogênito de Javé, já que todos os reis da terra dependem de Javé, porém o rei de Israel é o “eleito de Deus” (Salmo 89.4).

As peças da ideologia real começam, então, a delinear o quadro, sempre a partir dos espaços que devem ser ocupados pelo monarca: assim como Javé domina sobre o universo inteiro, igualmente o rei, seu

representante na terra, reina por direito próprio e inquestionável de um extremo a outro da terra. Devemos lembrar que as conquistas realizadas por intermédio de Davi e a conseqüente extensão de seu domínio, deviam parecer aos defensores da ideologia monárquica um primeiro passo para a realização dessa esperança.

Qual a superestrutura desse edifício religioso ? Como edificar em pedras e outros materiais uma representação que possui natureza espiritual ? Duas indicações são essenciais:

1) Declarar sagrado o território sobre o qual se assenta o templo;

2) Rodeá-lo com um sólido muro, assegurando dessa maneira sua imunidade.

De fato, o lugar onde deverá ser edificado o novo templo, nunca é escolhido pelo homem. Como afirma Mircea Eliade “ele é, simplesmente, descoberto por ele, ou, em outras palavras, o espaço sagrado revela-se-lhe sob uma outra forma”²⁸

O muro ou círculo de pedras que encerram o espaço sagrado contam-se entre as mais antigas estruturas arquitetônicas conhecidas no domínio dos santuários. Aparecem já nas civilizações proto-indianas e egéias. O muro tem por objetivo preservar o profano do perigo a que se exporia se ali penetrasse sem os devidos cuidados. Mircea Eliade nos diz que o “sagrado é sempre perigoso para quem entra em contato com ele sem estar preparado, sem ter passado pelos movimentos de aproximação que qualquer ato de religião requer”²⁹.

É ainda interessante notar o seguinte comentário a respeito das muralhas

antes de serem defesa militar, são defesa mágica, visto que reservam, no meio de um espaço caótico, povoado de demônios, um espaço organizado, “cosmizado”, quer dizer, provido de um centro. Em períodos críticos toda a população se reúne em procissão em volta dos muros da cidade, reforçando deste modo a sua qualidade de limites e de proteção mágico-religiosa³⁰.

²⁸ ELIADE, M. *Tratado de História das Religiões*. Cosmos: Lisboa, 1980, p. 438

²⁹ *Ibidem*, p. 439

³⁰ *Ibidem*, p. 440

Desse modo, o âmbito do sagrado torna-se completamente excludente. Somente os que residem “intra-muros” têm a possibilidade do acesso ao sagrado e às suas bênçãos. De certa forma os “extra-muros” vivem a partir do profano. Seu acesso às bênçãos divinas dependem da intermediação dos que estão “dentro”, principalmente da figura do rei.

A religiosidade de Salomão possuía estrutura própria. Sua espiritualidade passava, necessariamente, pelo templo. Na verdade, uma espiritualidade legitimadora e mantenedora do reinado.

7. Conclusão

Observamos, portanto, que a monarquia de Salomão corresponde basicamente aos interesses das elites comerciais. O reinado está a serviço do comércio.

O processo de exploração resultou em empobrecimento da população. Isso se fez ainda mais agudo, porque as mercadorias de Israel e Judá não tinham condições de concorrer com as importações. Afinal, o campo palestinese só fornecia cereais e azeite, sem condições de competir com as importações de ferro, ouro, madeiras e todo o luxo e requinte. Por conseguinte, a monarquia levou o povo ao endividamento externo e à pobreza interna.

A monarquia de Salomão foi uma espécie de torneira aberta através da qual fluía para fora o trabalho camponês. Para os trabalhadores o rei era sinal de ruína.

As ações propagandistas de Salomão e principalmente seu controle ideológico a partir do templo e da realeza têm por objetivo encobrir a ação do Javé libertador. Ao domesticar Javé no templo tenta-se, a todo custo, impedir que o povo tenha consciência de que é possível a liberdade.

Portanto, a releitura da história de Salomão nos situa no conflito do êxodo e permite perceber que as atitudes repressivas do faraó tem, como ato contínuo, as atitudes repressivas de Salomão.

O reinado de Salomão repete, por assim dizer, o conteúdo opressivo da corte faraônica. Contudo, ainda que as características sejam distintas, não o é a chave opressão/libertação existentes em ambas as histórias.

Essa chave supra citada nos leva a perceber uma forte crise dos modelos, resultante da comparação dos episódios do êxodo e da realeza de Salomão, com o seguinte quadro:

Modelo: Faraó e Salomão

1. Sagrado como instrumental de opressão
2. Economia centralizada na realeza
3. Política de opressão e de desumanização
4. Trabalho alienado
5. Atos repressivos
6. Deus do faraó e Javé domesticados

Modelo: Moisés

1. Sagrado como instrumental de libertação
2. Economia a partir da produção solidária
3. Atitudes de libertação
4. Javé como o Deus que traz a liberdade

Ao trabalhar a crise dos modelos não há como desvencilhar a “crise” de suas possíveis conseqüências. Certamente que essas conseqüências requerem uma nova escala de valores e/ou uma contracultura. Afinal, já não é possível viver a partir de modelos antigos e/ou aceitar passivamente a sociedade e seus mecanismos do jeito que atualmente se encontram. Dessa forma, poderíamos visualizar o seguinte quadro:

Níveis de Socialização	Nível de Exploração	Contracultura
1. Nível econômico (produção e circulação de bens)	Acumulação Riqueza Excludente Fetiche	COMUNHÃO SOLIDARIEDADE RESISTÊNCIA
2. Nível Político (poder social)	Escassez Dominação Divisão de Classes Violência	ABUNDÂNCIA DIACONIA IGUALDADE ALIENAÇÃO PELO CAPITAL

3. Nível Ético-Social (valores)	Poder Mentiroso Egoísmo Morte Ideologia	PODER/VERDADE LIBERDADE AMOR FRATERNAL REINO DE DEUS HOMEM NOVO VIDA
------------------------------------	--	---

Temos a impressão de que a contracultura busca representar uma ruptura radical com a realidade social que mantém os níveis de exploração em nível econômico, político e ético-social. Assim como Moisés representou essa ruptura com a realidade social do Egito dos faraós e também como Jeroboão representou em seu tempo essa mesma ruptura com a realidade social herdada por Roboão, filho de Salomão; certamente que possuímos, em termos de valores, os mesmos ideais de ruptura com a nossa sociedade e o nosso mundo.

Afinal, somos constantemente bombardeados com o aumento constante e violento da pobreza no assim chamado Terceiro Mundo. Percebemos que uma boa parte da população vive a margem de todos os benefícios da tecnologia e da ciência, enquanto a concentração de poder e de riqueza aumentam sem medida nas mãos de tão poucos.

Temos assim um grande impulso para caminharmos em nossa América Latina e a serviço da missão da Igreja do nosso Senhor Jesus Cristo. Devemos buscar essa reserva de sentido da história bíblica a fim de resgatarmos e libertarmos Javé dos templos que o mantém cativo. Descobrir que Javé ontem (no Egito ou em Salomão) não está a mercê dos que têm poder político-econômico ou social, mas que possui íntima e entranhável relação com os oprimidos de todas as partes do mundo.

Quando então verificamos a ação mantenedora da política de Salomão e contrapomos com a missão do povo de Deus, somente duas atitudes nos são possíveis:

1. Manter o atual sistema de injustiça e empobrecimento;
2. Buscar uma contracultura que nos leve a construir uma sociedade organizada com os alicerces da solidariedade, igualdade e da plena humanização do ser humano.

Abstract: The Solomon's monarchy is based in the construction of his public image. This article aims to demonstrate how the king's propaganda shapes and manipulates public opinion. The use of the royal propaganda has a objective to disseminate and establish – through the social system – symbolic ways by which the dynasty can

express its right to govern the people.

Key words: public image, power, ideology, popular movement